

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2012

## ANEXO DE METAS FISCAIS

(art. 4º, § 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)

### 1.0 - Metas Anuais para os Exercícios de 2012, 2013 e 2014 (art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000)

O Anexo de Metas Fiscais, conforme disposto no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, tem por finalidade o estabelecimento de metas anuais, em valores correntes e constantes, para as receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida pública para o exercício de 2012 e o de indicar metas para os exercícios de 2013 e de 2014.

A fixação de metas de resultado primário tem por objetivo assegurar a solvência da dívida pública como parte do processo de uma política fiscal voltada à gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a garantir volume de recursos suficientes para honrar o serviço da dívida pública sem sacrificar a continuidade e mesmo a ampliação e o aprimoramento dos investimentos e dos serviços públicos colocados à disposição da população pelo Estado.

Com a reversão da crise econômica, ainda durante o exercício financeiro de 2009, o controle da inflação e a melhoria da gestão fiscal do Estado, como resultado da adoção de medidas concretas de combate à sonegação, avanço do aparato de arrecadação e da fiscalização tributária, a arrecadação tributária experimentou um excepcional crescimento em 2010, em especial, o ICMS, que apresentou variação de 18,8% em relação a 2009.

Contudo, já no segundo semestre de 2010, o Brasil e o mundo foram apanhados de surpresa por um intenso choque de preços de commodities, que subiram 70% em apenas nove meses. As pressões de custos de energia e alimentos se infiltraram em toda a economia.

No Relatório de Inflação divulgado no final de março, o Banco Central admite que teremos mais inflação e menos crescimento em 2011. É o reconhecimento pela autoridade monetária do fenômeno do aumento de custos que nasce nas mercadorias básicas e é repassado com intensidade para toda cadeia produtiva.

A projeção das metas anuais para o período de 2012 a 2014 observou, entre outros fatores, a arrecadação realizada no exercício financeiro de 2010, a estimativa de receitas constante da Lei Orçamentária Anual de 2011 e a

reestimativa de receitas consignadas na Resolução SEFAZ nº 374, de 02/02/2011 (metas 2011).

Sobre a base de cálculo das receitas, respeitando suas características, foram aplicadas variações de produto e de preços, representadas pelas estimativas de variação do Produto Interno Bruto – PIB, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Índice Geral de Preços – IGP-DI, da Taxa de Câmbio e da Taxa Selic, extraídas das projeções de mercado realizadas pelo Banco Central do Brasil, conforme Quadro 01, a seguir:

**Quadro 01**  
**Parâmetros Macroeconômicos 2011-2014**

Especificação	2011	2012	2013	2014
PIB nacional (variação % anual)	4,29	4,42	4,53	4,61
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - valor anual)	1,68	1,73	1,81	1,74
IGP-DI (variação % anual)	7,19	5,10	4,87	4,50
IPCA (variação % anual)	6,45	5,20	4,76	4,70
Taxa Selic (fim de período)	12,15	11,78	10,26	9,79
PIB (valor absoluto em R\$ milhões)	4.059.603,33	4.485.134,01	4.921.527,07	5.391.893,33

Fonte: Boletim Focus/Banco Central do Brasil – 25/02/2011

Nota: PIB 2010 - IBGE- 3.674.964,38 milhões (acumulado no ano em valores correntes)

## 1.1 – Resultado Primário

O resultado primário é a diferença entre receitas e despesas primárias ou fiscais. As receitas primárias correspondem ao total da receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito e as receitas de alienações. As despesas primárias correspondem às despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização das dívidas interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos.

O Quadro apresentado a seguir demonstra a receita total, as receitas e as despesas financeiras e os valores de resultado primário projetados para 2012, 2013 e 2014, a preços correntes e constantes médios de 2011, em valores absolutos e em relação ao Produto Interno Bruto nacional estimado:

**Quadro 02**  
**Cálculo do Resultado Primário**

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2012			2013			2014		
	Preços Correntes	Preços Constantes 2011	% PIB	Preços Correntes	Preços Constantes 2011	% PIB	Preços Correntes	Preços Constantes 2011	% PIB
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>52.907.216</b>	<b>50.004.234</b>	<b>1,18</b>	<b>55.685.236</b>	<b>50.135.855</b>	<b>1,13</b>	<b>57.605.410</b>	<b>49.522.598</b>	<b>1,07</b>
(-) Rendim Aplic. Financ.	338.327	319.763	-	364.997	328.622	-	392.653	337.558	-
(-) Operações de Crédito	2.539.599	2.400.253	-	3.067.142	2.761.482	-	2.123.067	1.825.172	-
(-) Receita de Alienações	136.981	129.465	-	135.093	121.630	-	137.558	118.256	-
(-) Amortiz. de Empréstimos	161.674	152.803	-	216.746	195.146	-	259.636	223.205	-
<b>(=) RECEITA PRIMÁRIA (a)</b>	<b>49.730.635</b>	<b>47.001.950</b>	<b>1,11</b>	<b>51.901.258</b>	<b>46.728.974</b>	<b>1,05</b>	<b>54.692.497</b>	<b>47.018.406</b>	<b>1,01</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>52.907.216</b>	<b>50.004.234</b>	<b>1,18</b>	<b>55.685.236</b>	<b>50.135.855</b>	<b>1,13</b>	<b>57.605.410</b>	<b>49.522.598</b>	<b>1,07</b>
(-) Juros Enc Amort. Dívida	3.938.744	3.722.628	-	4.389.109	3.951.707	-	4.567.864	3.926.932	-
(-) Conc. de Empréstimos	120.623	114.004	-	126.623	114.004	-	132.611	114.004	-
<b>(=) DESPESA PRIMÁRIA (b)</b>	<b>48.847.850</b>	<b>46.167.602</b>	<b>1,09</b>	<b>51.169.504</b>	<b>46.070.144</b>	<b>1,04</b>	<b>52.904.935</b>	<b>45.481.662</b>	<b>0,98</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (a)-(b)</b>	<b>882.786</b>	<b>834.348</b>	<b>0,02</b>	<b>731.754</b>	<b>658.830</b>	<b>0,01</b>	<b>1.787.563</b>	<b>1.536.744</b>	<b>0,03</b>

Obs: Exclui a Imprensa Oficial - IO e a CEDAE (empresas não dependentes). Não Foram consideradas as receitas e despesas intra-orçamentárias

A meta de resultado primário para o exercício de 2012 foi calculada em R\$ 882.786,00 milhões a preços correntes de 2012 ou a R\$ 834.348,00 milhões, deflacionada para preços médios de 2011 pela variação do IPCA, como resultado de uma receita e despesa primárias projetadas em R\$ 49.730.635,00 milhões e R\$ 48.847.850,00 milhões, respectivamente. O resultado equivale a 0,02% do Produto Interno Bruto nacional, estimado com base nas previsões de comportamento dos preços e do produto para os exercícios de 2011 e 2012.

A análise do comportamento da curva de resultado primário no período 2012/2014, tanto a preços correntes como a preços constantes de 2011, indica tendência de pequena redução em 2013, quando alcança um valor equivalente a 0,01% do PIB e, posteriormente, em 2014, expressivo incremento quando atinge um valor correspondente a 0,03% do PIB. Tal resultado, referente à variação 2012/2014, no entanto, é alcançado com expressiva diminuição tanto da receita quanto da despesa primárias em relação ao PIB, explicada pela incorporação pelo modelo de projeção do PIB de variações superiores às utilizadas nos modelos de projeção das receitas combinada com quedas reais pontuais de algumas rubricas de receita, como dos recursos gerados pelos saques de CFT, dos repasses do SUS ao Estado (motivada pelo processo de assunção de gestão plena por alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro)

e das estimativas de redução das transferências voluntárias correntes e de capital da União, em razão da aproximação do término dos contratos do PAC.

## 1.2 – Montante da Dívida e Resultado Nominal

O resultado nominal é a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro em determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior. Sob outro ângulo, é, também, o resultado da diferença entre todas as receitas arrecadadas e todas as despesas empenhadas, inclusive aquelas relacionadas com a dívida pública. Seu resultado indica quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício financeiro.

Os Quadros 03 e 04 a seguir, demonstram os valores do Montante da Dívida e do Resultado Nominal projetados para 2011, 2012, 2013 e 2014, a preços correntes e constantes médios de 2011, em valores absolutos e em relação ao Produto Interno Bruto nacional:

**Quadro 03**  
**Cálculo do Montante da Dívida e do Resultado Nominal**

Em R\$ mil correntes								
DISCRIMINAÇÃO	2011	% PIB	2012	% PIB	2013	% PIB	2014	% PIB
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>65.172.381</b>	<b>1,61</b>	<b>71.022.398</b>	<b>1,58</b>	<b>77.521.959</b>	<b>1,58</b>	<b>83.036.708</b>	<b>1,54</b>
(-) Disponibilidade de Caixa	5.483.322	-	5.209.156	-	5.573.797	-	5.963.962	-
(-) Haveres Financeiros	2.215.686	-	2.293.235	-	2.430.829	-	2.576.679	-
(+) Restos a pagar Processados	2.510.737	-	2.598.613	-	2.754.530	-	2.919.801	-
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>	<b>59.984.111</b>	<b>1,48</b>	<b>66.118.620</b>	<b>1,47</b>	<b>72.271.863</b>	<b>1,47</b>	<b>77.415.869</b>	<b>1,44</b>
(+) Receita de Privatizações	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Passivos Reconhecidos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	<b>59.984.111</b>	<b>1,48</b>	<b>66.118.620</b>	<b>1,47</b>	<b>72.271.863</b>	<b>1,47</b>	<b>77.415.869</b>	<b>1,44</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.134.510</b>	<b>0,14</b>	<b>6.153.243</b>	<b>0,13</b>	<b>5.144.006</b>	<b>0,10</b>

Obs: (1) Os valores são relativos às posições em 31/12 de cada ano, estando expressos também a preços de 31/12 de cada ano.

(2) O Resultado Nominal positivo indica déficit.

**Quadro 04**  
**Cálculo do Montante da Dívida e do Resultado Nominal**

**Em R\$ mil constantes preços médios de 2011**

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>63.197.924</b>	<b>65.466.454</b>	<b>68.210.736</b>	<b>69.783.290</b>
(-) Disponibilidade de Caixa	5.317.200	4.801.654	4.904.324	5.012.059
(-) Haveres Financeiros	2.148.560	2.113.840	2.138.860	2.165.417
(+) Restos a pagar Processados	2.434.672	2.395.329	2.423.681	2.453.774
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>	<b>58.166.837</b>	<b>60.946.289</b>	<b>63.591.233</b>	<b>65.059.588</b>
(+) Receita de Privatizações	-	-	-	-
(-) Passivos Reconhecidos	-	-	-	-
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	<b>58.166.837</b>	<b>60.946.289</b>	<b>63.591.233</b>	<b>65.059.588</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	-	<b>2.779.452</b>	<b>2.644.944</b>	<b>1.468.355</b>

Obs: O Resultado Nominal positivo indica déficit.

A Dívida Consolidada do Estado representa o somatório das dívidas fundadas interna e externa das administrações direta e indireta, incluindo o estoque de precatórios emitidos a partir de 05 de maio de 2000. A apuração do Resultado Nominal tem por objetivo medir a variação, em termos absolutos, da Dívida Fiscal Líquida.

A análise da trajetória estimada para o resultado nominal no período 2011/2014, permite constatar uma estimativa de crescimento das operações de crédito entre 2012/2013, como consequência de uma política de investimentos traçada com o objetivo de dotar o Estado do Rio de Janeiro da infra-estrutura necessária à atração de investimentos privados, fundamentais ao cumprimento de seu calendário de eventos internacionais e à melhoria das condições de vida de sua população. Já a partir de 2014, fica denotado o retorno do compromisso da política de equilíbrio fiscal, através da redução gradual do resultado nominal do Estado em relação ao Produto Interno Bruto nacional. É importante destacar que contribuem para o crescimento nominal da dívida, além das projeções de contratações de novas operações de crédito, o fato de que são incorporados ao montante da dívida os resíduos das parcelas do Contrato de Refinanciamento, firmado com a União ao amparo da Lei nº9.496/97, que ultrapassam o limite de pagamento de 13% da Receita Líquida Real.

### **1.3 Metodologia e Memória de Cálculo da Receita**

As particularidades inerentes aos diversos tipos de receita a serem projetadas implicaram distintos graus de detalhamento das memórias de cálculo, em

virtude da necessidade de se utilizar diferentes modelos de projeção adequados a cada caso.

De forma geral, duas referências principais foram utilizadas para estimar as diversas rubricas de receita para o triênio 2012/2014, a saber:

- método de extrapolação de tendências para valores ajustados, que utilizaram como base os indicadores e indexadores econômicos projetados;
- tratamentos diferenciados face às peculiaridades de cada receita.

**QUADRO 05**  
**CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA - A Preços Correntes**

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA		
	2012	2013	2014
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>48.914.631</b>	<b>51.524.713</b>	<b>54.291.538</b>
<b><u>RECEITA TRIBUTÁRIA</u></b>	<b><u>33.606.016</u></b>	<b><u>35.884.524</u></b>	<b><u>37.965.056</u></b>
IRRF	1.688.265	1.789.561	1.896.934
IPVA	1.587.021	1.682.242	1.783.176
ITD	408.602	431.075	454.784
ADICIONAL DO ICMS	2.331.206	2.494.391	2.316.033
ICMS + ICM	26.133.660	27.963.016	29.920.427
OUTRAS	1.457.263	1.524.239	1.593.701
<b>REC. DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>1.241.069</b>	<b>1.285.360</b>	<b>1.331.966</b>
<b><u>RECEITA PATRIMONIAL</u></b>	<b><u>6.339.471</u></b>	<b><u>6.181.447</u></b>	<b><u>6.304.527</u></b>
REND.APLIC.FINANC.	338.327	364.997	392.653
CFT'S	685.049	0	0
ROYALTIES PETRÓLEO	5.211.219	5.705.896	5.795.506
OUTRAS	104.876	110.554	116.368
<b><u>TRANSF.CORRENTES</u></b>	<b><u>5.914.194</u></b>	<b><u>6.215.669</u></b>	<b><u>6.588.125</u></b>
FPE	865.156	917.065	972.089
IPI	801.842	857.971	909.450
SAL. EDUCAÇÃO	371.632	393.930	417.565
TRANSF. LEI KANDIR	85.776	85.776	85.776
CIDE	104.157	106.553	109.216
FUNDEB	2.509.873	2.680.764	2.862.520
SUS	733.106	741.394	778.014
CONVÊNIOS	349.202	333.213	348.623
OUT. TRANSFERÊNCIAS	93.450	99.002	104.871
<b>OUT. REC. CORRENTES</b>	<b>1.813.881</b>	<b>1.957.714</b>	<b>2.101.863</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.992.585</b>	<b>4.160.523</b>	<b>3.313.872</b>
<b>OPER. DE CRÉDITO</b>	<b>2.539.599</b>	<b>3.067.142</b>	<b>2.123.067</b>
<b>ALIENAÇÕES DE BENS</b>	<b>136.981</b>	<b>135.093</b>	<b>137.558</b>
<b>AMORTIZ. EMPRÉSTIMOS</b>	<b>161.674</b>	<b>216.746</b>	<b>259.636</b>
<b>TRANSF. DE CAPITAL</b>	<b>1.142.901</b>	<b>729.542</b>	<b>781.046</b>
<b>OUT. REC. DE CAPITAL</b>	<b>11.430</b>	<b>11.999</b>	<b>12.566</b>
<b>TOTAL</b>	<b>52.907.216</b>	<b>55.685.236</b>	<b>57.605.410</b>

Utilizaram-se, como referência para projeção do próximo triênio, os valores das Metas de Arrecadação 2011, que foram ajustadas de acordo com a arrecadação de 2010 e a partir das mudanças estruturais no processo de arrecadação que se materializaram recentemente. Além disso, foram

considerados as projeções dos parâmetros macroeconômicos de variação de preços e/ou do nível de atividade econômica apropriados a cada receita, constantes do Quadro 01. Ressalta-se que, em virtude das mudanças recentes no processo de arrecadação, cujos contornos não estão ainda claramente definidos, principalmente em relação à intensidade, optou-se por projeções conservadoras, de forma a proteger os resultados de receitas superestimadas.

É importante destacar que as estimativas das Receitas do Tesouro do Estado, projetadas pela Secretaria de Fazenda – SEFAZ, estão em linha com as constantes do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF para o triênio 2012-2014, atualmente em negociação junto a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A seguir, são apresentadas, sucintamente, as memórias de cálculo das principais receitas do Estado, cujos valores para 2012 estão diretamente indicados:

#### ❖ **Receita Tributária - R\$ 33,61 bilhões**

Composta pelos impostos e taxas estaduais, representa cerca de 68,7% do total das Receitas Correntes de 2012. Sua fonte principal, o ICMS, estimado em R\$ 26,13 bilhões para 2012, foi projetado a partir da arrecadação prevista nas metas de arrecadação para 2011 de R\$ 24,31 bilhões, aplicando-se taxa de crescimento nominal de 7,5%, em linha com as projeções de inflação medidas pelo IPCA e de crescimento econômico para o próximo ano e a dessazonalização da série de arrecadação. Destaque-se que no ano de 2010 a arrecadação do ICMS apresentou incrementos mensais atípicos em relação ao ano anterior, o que resultou em crescimento de 18,8% desta receita na comparação entre os anos, entretanto, tal fato não deverá se repetir nos próximos anos. Para os exercícios de 2013 e 2014, seguindo a mesma metodologia, foi previsto em R\$ 27,96 e R\$ 29,92 bilhões, respectivamente. Para as demais receitas tributárias, adotou-se metodologia similar, dando-se tratamento diferenciado a cada uma das receitas pela perspectiva de evolução setorial da economia. Esse procedimento indicou os seguintes valores para 2012, 2013 e 2014: IRRF – R\$ 1,69 bilhão, R\$ 1,79 bilhão e R\$ 1,90 bilhão; IPVA – R\$ 1,59 bilhão, R\$ 1,68 bilhão e R\$ 1,78 bilhão; ITD – R\$ 408,60 milhões, R\$ 431,08 milhões e R\$ 454,78 milhões. No que tange especificamente ao adicional do ICMS, destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, as projeções de 2012 a 2014, nos valores de R\$ 2,33, R\$ 2,49 e R\$ 2,32 bilhões, respectivamente, levaram em consideração a Lei Complementar nº 139/2010 que prorrogou o tempo de vigência do Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades – FECF até 31/12/2014 e alterou a alíquota do adicional de ICMS. Em 2012 a alíquota do

ICMS incidente sobre os setores de telecomunicações e energia elétrica passou de 5 para 4 pontos percentuais, mantida em 2013 e reduzida para 3 pontos percentuais em 2014.

#### ❖ **Receita Patrimonial – R\$ 6,40 bilhões**

Representada basicamente pelas arrecadações dos Royalties e Participação Especial sobre a produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro; pela receita derivada dos resgates de Certificados Financeiros do Tesouro (CFTs) vinculados ao patrimônio do RIOPREVIDÊNCIA, com atualização pela variação do IGP-DI, aportados ao patrimônio do RIOPREVIDÊNCIA como resultado do contrato de cessão de créditos assinado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro em outubro de 1999; e pelos rendimentos de aplicações financeiras dos saldos de Caixa.

➤ Royalties e Participação Especial - foram estimados para 2012 em R\$ 5,21 bilhões. Destaque-se que as projeções para o triênio 2012/2014 foram realizadas com base nos dados de produção de petróleo e gás fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, do preço do barril de petróleo no mercado internacional e do câmbio. O preço do barril de petróleo para o referido triênio foi estimado com base nos preços médios dos últimos anos. Para o parâmetro câmbio, utilizou-se projeção do Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS/BACEN), estabelecendo-se os valores de R\$ 1,73, R\$ 1,81 e R\$ 1,74 para cada ano projetado. Vale ressaltar que, devido ao comportamento das variáveis assumidas, há forte grau de incerteza na estimativa de arrecadação de royalties e participação especial. No caso da participação especial o risco é maior ainda em razão da própria base de cálculo, que consiste no resultado líquido (receita menos despesas e custo) trimestral dos campos considerados. Sendo assim, as projeções consideraram em seu cálculo estatísticas cuja volatilidade exige certo grau de conservadorismo, tendo em vista o alto grau de incerteza associado ao comportamento dos parâmetros envolvidos. Para os exercícios de 2013 e 2014, os royalties e participações especiais foram estimados em R\$ 5,71 e 5,80 bilhões, respectivamente.

➤ CFT's – A receita foi estimada em R\$ 685,05 milhões, com base nos resgates de títulos previstos no contrato de cessão de créditos celebrado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Lei Federal nº 9.496/97. Este valor representa queda de 68,7% em relação ao valor (R\$ 2.190 milhões) previsto nas metas para 2011, acrescido das antecipações, sem reposição, para o ano de 2011, de todas as cotas referentes ao biênio 2013 /2014, negociadas com a Secretaria do Tesouro Nacional. Logo, para os exercícios de 2013 e 2014, não está previsto arrecadação desta receita.

## ❖ **Transferências Correntes – R\$ 5,91 bilhões**

Compostas pelas transferências constitucionais e legais de recursos da União para o Estado e de recursos que retornam do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, do qual o Estado é o principal financiador. Destacam-se o Fundo de Participação dos Estados - FPE, o IPI-Exportação, os Recursos para o Sistema Único de Saúde – SUS, o Salário Educação, as Transferências previstas na Lei 87/96-Kandir (compensação pela desoneração do ICMS nas operações de exportação), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, incidente sobre o preço de combustíveis derivados do petróleo, e ainda, a receita proveniente de Transferências Voluntárias.

➤ FPE – R\$ 865,16 milhões - A estimativa para 2012 foi realizada a partir de projeção das transferências para 2011 e considerando a tendência de crescimento das receitas da União que formam a base de cálculo do Fundo de Participação dos Estados. Para 2013 foi previsto o valor de R\$ 917,07 milhões e para 2014, R\$ 972,09 milhões.

➤ IPI – Estados Exportadores - R\$ 801,84 milhões - A estimativa para 2012 seguiu padrão semelhante ao adotado para o FPE, considerando ainda o término da política de desonerações fiscais adotadas pela União a partir do final de 2008, como incentivo à produção de bens duráveis de consumo, em resposta a crise econômica internacional. Para 2013 foi previsto o valor de R\$ 857,97 milhões e para 2014, R\$ 909,45 milhões.

Vale destacar que as projeções de crescimento das receitas da União, parâmetro para a estimativa do FPE e IPI – Exportação, basearam-se nas estatísticas da Comissão Técnica COTEPE. Esta Comissão está vinculada à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que leva em consideração os respectivos coeficientes de participação de cada unidade da Federação.

➤ SUS – R\$ 733,11 milhões - A estimativa para 2012 levou em conta o processo gradual de organização dos municípios do Estado para aquisição de gestão plena dos seus serviços de saúde, tornando-os aptos a receber, diretamente da União, os correspondentes repasses federais do Sistema Único de Saúde. Para 2013 foi previsto o valor de R\$ 741,39 milhões e para 2014, R\$ 778,01 milhões.

➤ Salário Educação – R\$ 371,63 milhões - A estimativa para 2012 considerou expansão de cerca de 7% em relação ao valor estimado para 2011, em linha com as demais receitas, tendo como hipóteses o crescimento da massa salarial e a manutenção da participação do estado no montante a ser

repartido com os municípios. Para os exercícios de 2013 e 2014, a receita está estimada em R\$ 393,93 milhões e 417,57 milhões, respectivamente.

➤ FUNDEB – R\$ 2.509,87 milhões - O valor foi calculado com base na arrecadação estimada dos impostos do Estado, das transferências da União e da proporção de matrículas no ensino básico da rede estadual em relação ao total de matrículas no ensino básico (rede estadual + rede municipal). Para os exercícios de 2013 e 2014, o FUNDEB foi estimado em R\$ 2.680,76 milhões e R\$ 2.862,52 milhões, respectivamente.

➤ Transferências da Lei 87/96 (Lei Kandir) - R\$ 85,77 milhões - A projeção utilizou como referência o valor histórico das transferências realizadas pela União, inclusive para os exercícios de 2013 e 2014.

➤ Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE - R\$ 104,16 milhões - O aumento esperado para esta receita leva em conta a manutenção das projeções do COPOM para o reajuste nos preços dos combustíveis em 0% para 2011, amenizando os efeitos esperados de inflação da rubrica nos próximos anos. Para 2013 a receita está prevista em R\$ 106,55 milhões e para 2014, em R\$ 109,22 milhões.

#### ❖ **Outras Receitas Correntes – R\$ 1,81 bilhão**

Este item, além das receitas tradicionalmente elencadas como a dívida ativa, estimada em R\$ 199,46 milhões, as multas e juros de mora das receitas no valor de R\$ 407,65 milhões, as indenizações e restituições, projetadas em R\$ 131,18 milhões e outras diversas receitas correntes arrecadadas por unidades da administração direta e indireta, englobou as receitas de serviços, estimados em R\$ 395,28 milhões e as receitas derivadas das atividades industrial e agropecuária. Para os exercícios de 2013 e 2014, estão previstas em R\$ 1,96 bilhão e R\$ 2,10 bilhões, respectivamente.

#### ❖ **Operações de Crédito – R\$ 2,54 bilhões**

Além dos saldos dos contratos em vigor, consideraram-se aqueles que encontram perspectiva concreta de realização, devido à possibilidade de contratação de novas operações de crédito incluídas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, para o triênio 2012-2014. Dentro dessa lógica, as operações de crédito para 2013 e 2014, foram estimadas em R\$ 3,07 bilhões e R\$ 2,12 bilhões, respectivamente.

#### ❖ **Amortização de Empréstimos – R\$ 161,67 milhões**

Receita derivada dos retornos dos empréstimos concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses - FREMF. Estão previstas em R\$ 216,75 milhões para 2013 e R\$ 259,64 milhões, para 2014.

#### ❖ **Transferências de Capital – R\$ 1,14 bilhão**

Representam a previsão dos valores das transferências de capital voluntárias da União para o Estado, principalmente em função dos contratos em andamento e em fase de contratação com o Estado, para o desenvolvimento de ações previstas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Foram previstas em R\$ 729,54 milhões para 2013 e R\$ 781,05 milhões para o exercício financeiro de 2014.

### **1.4 Metodologia da Despesa**

#### **Pessoal e Encargos Sociais**

Engloba as despesas de natureza remuneratória decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público com os consequentes encargos, tanto para o pessoal ativo como o pessoal inativo e os pensionistas do Estado, agregados a este Grupo com a finalidade de simplificação de memória de cálculo, apesar da despesa de inativos e pensionistas correr à conta do RIOPREVIDÊNCIA, no Grupo de Custeio. Para efeito de cálculo das despesas para o exercício de 2011 e para o triênio 2012/2014, estimou-se crescimento vegetativo da folha da ordem de 3% ao ano para o Poder Executivo e 5% ao ano para os demais Poderes, e as demandas autorizadas para o exercício de 2011 referentes a concursos públicos, beneficiando as áreas de educação, segurança e fazenda.

#### **Outras Despesas Correntes**

São as despesas representativas do custeio da máquina administrativa do Estado e de outras despesas não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa. Parcela substancial desse grupo de despesa tem destinação específica, como por exemplo, as classificadas nos Encargos Gerais do Estado para transferências aos Municípios e ao FUNDEB, para o pagamento do PASEP, para honrar obrigações junto ao Previ-Banerj e para os pagamentos dos Encargos com a União, além de outras despesas de caráter obrigatório, como as despesas legalmente vinculadas à educação e à saúde, os

pagamentos de sentenças judiciais e os pagamentos de tributos, entre outras. Em continuidade à política de racionalização dos gastos públicos implementada no início da atual administração, será disponibilizado integralmente a partir do exercício de 2012, o Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, que irá automatizar e controlar todo o processo de aquisições e logística do Governo, desde o processo de licitação, até a movimentação e controle de estoques, contribuindo juntamente com o uso do Pregão Eletrônico para um maior controle dos gastos com o custeio administrativo. Destaca-se ainda, na área orçamentária, a prática de alocação e garantia de recursos para fazer face ao pagamento de concessionárias de serviços públicos e o programa de resgate dos restos a pagar de exercícios anteriores, aumentando a confiança e consequentemente a redução dos preços dos fornecedores de bens e de serviços ao Estado.

### **Serviço da Dívida**

Grupo de despesa referente ao pagamento do principal e dos juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, bem como o principal da dívida pública. O cálculo com o desembolso considerou os contratos em vigor na Administração Direta e Indireta, incluindo o da dívida refinanciada junto à União e os referentes a empréstimos com órgãos financiadores nacionais e internacionais. Foram consideradas ainda as operações de crédito com perspectivas de assinatura no período a que se referem às presentes metas tendo em vista a abertura de espaço fiscal.

### **Investimentos**

Grupo de despesas que representam o esforço do Estado no sentido de planejar e executar obras de interesse da sociedade. Os investimentos serão custeados, principalmente, com recursos oriundos da parceria com Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e da contratação de financiamentos e empréstimos com Organismos Internacionais e Instituições Financeiras Federais, em decorrência do espaço fiscal trabalhado pela Secretaria de Fazenda.

## **2.0 - Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas a 2010 (art. 4º, § 2º, Inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000)**

O demonstrativo a seguir tem por objetivo evidenciar os resultados alcançados em 2010, em relação às metas fixadas na Lei nº 5.497, de 07 de julho de 2009, LDO 2010.

## 2.1 – Resultado Primário

Quadro 06

### AVALIAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DE 2010 - Em R\$ mil a preços correntes

DISCRIMINAÇÃO	Fixado LDO 2010 <sup>(1)</sup>	% PIB	Realizado 2010 <sup>(2)</sup>	% PIB	Diferença	Var %
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>45.620.685</b>	<b>1,51%</b>	<b>48.806.071</b>	<b>1,33%</b>	<b>3.185.386</b>	<b>7,0%</b>
(-) Rendimentos Aplic. Financeiras	382.770		542.609		159.839	41,8%
(-) Operações de Crédito	1.855.586		1.295.237		(560.349)	-30,2%
(-) Receita de Alienações	100.048		45.992		(54.056)	-54,0%
(-) Amortização de Empréstimos	138.243		148.826		10.583	7,7%
<b>(=) RECEITA PRIMÁRIA ( a )</b>	<b>43.144.038</b>	<b>1,43%</b>	<b>46.773.407</b>	<b>1,27%</b>	<b>3.629.369</b>	<b>8,4%</b>
<b>DESPESA TOTAL <sup>(2)</sup></b>	<b>45.629.638</b>	<b>1,51%</b>	<b>49.028.269</b>	<b>1,33%</b>	<b>3.398.631</b>	<b>7,4%</b>
(-) Juros Encargos e Amort. da Dívida	3.827.084		3.561.979		(265.105)	-6,9%
(-) Concessão de Empréstimos	81.156		107.630		26.474	32,6%
<b>(=) DESPESA PRIMÁRIA ( b )</b>	<b>41.721.398</b>	<b>1,38%</b>	<b>45.358.661</b>	<b>1,23%</b>	<b>3.637.263</b>	<b>8,7%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO ( a ) – ( b )</b>	<b>1.422.640</b>	<b>0,05%</b>	<b>1.414.747</b>	<b>0,04%</b>	<b>(7.893)</b>	<b>-0,6%</b>

Fonte: SIAFEM

- Obs: exclui os orçamentos da IO e da CEDAE e as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias.

<sup>(1)</sup> Modificada pela Lei Estadual nº 5.632 (LOA 2010), de 04/01/2010.

<sup>(2)</sup> Conceito de Despesa Empenhada.

A análise preliminar da apuração do resultado primário previsto na LDO de 2010 em R\$ 1.422,64 milhões, alcançou ao final da execução do exercício o valor de R\$ 1.414,75 milhões, com diferença de R\$ 7,9 milhões ou de -0,6% abaixo da meta fixada, valor este pouco expressivo em relação ao orçamento do exercício. Contudo, deve-se analisar esse resultado de forma a considerar os cancelamentos efetuados nos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos – R\$ 187 milhões. Esses cancelamentos ocorreram dentro do período fixado no Decreto de encerramento de Exercício Financeiro (Decreto nº 42.682/2010, de 29 de outubro de 2010), assim sendo para a apuração do resultado real eles deverão ser subtraídos da despesa empenhada, uma vez que não integram a despesa realizada, apurando-se então o resultado primário de R\$1.602,40 milhões, 12,64% acima da meta estabelecida. É importante ainda destacar o efeito do aumento da Taxa Selic no exercício de 2010, passando esta taxa de 8,75% para 10,75%, como consequência, a receita financeira aumentou R\$ 159 milhões da previsão inicial, o que também influenciou negativamente no resultado primário. O mesmo efeito não acontece com a não entrada de recursos de operações de crédito inicialmente previstas, pois a sua redução produz o mesmo efeito na despesa primária que não é realizada.

Em relação à realização da receita, destaque-se o reflexo do excepcional desempenho da economia brasileira durante o exercício de 2010 sobre a arrecadação das receitas primárias do Estado, que superaram a meta fixada em 8,4% ou em R\$ 3,63 bilhões, possibilitando a absorção do aumento das despesas primárias, que superaram a meta em 8,7% ou em R\$ 3,64 bilhões, sem sacrifício da programação da execução orçamentária.

## 2.2 – Resultado Nominal

**Quadro 07**  
**AValiação DO RESULTADO NOMINAL DE 2010**

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil a preços correntes					
	Fixado na LDO 2010		% PIB	Realizado		% PIB
	2009	2010		2009	2010 <sup>(1)</sup>	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>56.107.324</b>	<b>59.388.030</b>	<b>1,96%</b>	<b>52.664.842</b>	<b>59.202.175</b>	<b>1,61%</b>
(-) Disponibilidade de Caixa	2.906.303	3.138.807		5.779.178	5.538.709	
(-) Haveres Financeiros	2.513.235	2.488.102		2.002.881	2.172.241	
(+) Restos a pagar Processados	2.500.772	2.600.803		2.321.730	2.461.507	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>	<b>53.188.558</b>	<b>56.361.924</b>	<b>1,86%</b>	<b>47.204.512</b>	<b>53.952.732</b>	<b>1,47%</b>
(+) Receita de Privatizações	-	-		-	-	
(-) Passivos Reconhecidos	-	-		444.155	564.901	
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	<b>53.188.558</b>	<b>56.361.924</b>	<b>1,86%</b>	<b>46.760.357</b>	<b>53.387.831</b>	<b>1,45%</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>-</b>	<b>3.173.366</b>	<b>0,10%</b>	<b>-</b>	<b>6.627.474</b>	<b>0,18%</b>

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária de 2009

(1) A apuração da dívida fiscal líquida de 2009, não inclui a CEDAE.

A dívida fiscal líquida do Estado, apesar das amortizações dos contratos realizadas em 2010, experimentou um expressivo crescimento de 14,17% ou de R\$ 6.627,47 milhões em relação ao exercício anterior. Tal fato se deve a três motivos, a saber:

a) A projeção levou em conta a dívida fiscal líquida do exercício de 2008, momento em que a CEDAE ainda era enquadrada como empresa dependente. Por isso, as projeções foram superestimadas, uma vez que a declaração de não dependência da CEDAE, a partir de 2009, implicou redução significativa da dívida fiscal líquida.

b) Como se sabe, a atualização do saldo devedor do contrato com o Tesouro Nacional (Lei 9496/98) é corrigido pelo IGP-DI. Em 2009, por conta dos efeitos da crise financeira internacional, o índice apresentou-se negativo ao final do período, o que reduziu significativamente a dívida fiscal líquida do referido ano. Em 2010, em contrapartida, o IGP-DI inflou, sobremaneira, a referida dívida.

O quadro abaixo indica a variação percentual dos índices utilizados por ocasião da feitura da LDO e o índice de preços real. Fica patente que a variação em

2009 foi negativa em 130,69% e, em 2010 de 152,23%. O que mais que justifica a diferença apontada na meta em comparação com o realizado.

Ano	Dívida Fiscal Líquida		IGP-DI		
	LDO	Realizado	Projetado	Realizado	Δ %
2008	50.250.591	49.564.792	5,62	9,1	61,92%
2009	53.188.558	46.760.357	4,66	-1,43	-130,69%
2010	56.361.924	53.387.831	4,48	11,3	152,23%

Projeção: Focus - 07/03/2008

Assim, o aumento de liquidez proporcionado pela expansão dos valores de disponibilidade de recursos financeiros no Caixa do Tesouro de R\$ 2,87 bilhões, não foi suficiente para cobrir a grande elevação do estoque da dívida decorrente da atualização mensal pelo IGP-DI, muito acima do previsto nos parâmetros da LDO de 2010.

c) Houve reconhecimento pelo Estado do Rio de Janeiro de passivos não previsíveis no ano de 2010;

É importante destacar que os três fatores que influenciaram ao não cumprimento da meta são completamente exógenos a execução orçamentária e não guardam relação com o compromisso fiscal de equilíbrio das contas do Estado do Rio de Janeiro.

### 3.0 - Comparação das Metas Anuais com as fixadas nos Três Exercícios Anteriores

(art. 4º, § 2º, Inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000)

Em atendimento ao disposto no Inciso II, do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, o quadro a seguir têm por finalidade demonstrar a trajetória das metas de resultado primário e nominal estimadas para o triênio 2012/2014, com aquelas fixadas para os três últimos exercícios nas LDO de 2009 a 2011, a preços constantes médios de 2011:

Quadro 08

#### Comparativo das Metas Fiscais Atuais com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Em R\$ mil a preços médios de 2011

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010 <sup>(1)</sup>	2011	2012	2013	2014
Resultado Primário	1.980.782	1.506.894	729.124	834.348	658.830	1.536.744
Resultado Nominal	38.026	727.949	4.565.549	2.779.452	2.644.944	1.468.355

Fonte: SIAFEM

Obs: exclui o orçamento da Imprensa Oficial e Receitas e Despesas Intra-orçamentárias. A partir de 2010, exclui o Orçamento da CEDAE.

(1) modificada pela Lei nº 5.632, de 04/01/2010

A série de resultados primários projetada para os próximos exercícios em seqüência às metas fixadas nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, quando transformada para preços médios de 2011, mostra tendência de diminuição no biênio 2012/2013 e posterior crescimento no período 2013/2014. Já a série de resultados nominais, também a preços médios de 2011, decresce no quadriênio 2012/2014.

Ambas as trajetórias são compatíveis com o crescimento das operações de crédito entre 2012/2013, como consequência de uma política de investimentos traçada com o objetivo de dotar o Estado do Rio de Janeiro da infra-estrutura necessária à atração de investimentos privados, fundamentais ao cumprimento de seu calendário de eventos internacionais e à melhoria das condições de vida de sua população. Já a partir de 2014, fica denotado o retorno do compromisso da política de equilíbrio fiscal, através da redução gradual do resultado nominal e o aumento do resultado primário do Estado.

#### **4.0 - Evolução do Patrimônio Líquido e Alienação de Ativos (art. 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000)**

Em atendimento ao disposto no Inciso III, do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, os quadros a seguir têm por finalidade demonstrar a curva de evolução do Patrimônio Líquido do Estado do Rio de Janeiro, nos três últimos exercícios e a origem e destinação dos recursos gerados pela Alienação dos Ativos:

**Quadro 09**  
**Evolução do Patrimônio Líquido 2008-20010**

Discriminação	Em R\$ mil		
	2008	2009	2010
Administração Direta	(47.741.780)	(45.303.548)	(51.521.624)
Fundos Especiais	449.357	1.048.276	932.813
Administração Indireta	12.117.533	11.529.321	4.376.821
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(35.174.890)</b>	<b>(32.725.951)</b>	<b>(46.211.990)</b>
Regime Previdenciário	(49.105.943)	(52.276.979)	(48.605.791)
<b>TOTAL</b>	<b>(84.280.833)</b>	<b>(85.002.930)</b>	<b>(94.817.781)</b>

Fonte: Contas de Gestão do Estado

A grande redução verificada na evolução do patrimônio líquido da Administração Indireta, excluído o RPPS, em 2010, em comparação com o ano anterior, deve-se ao fato de que em 2009 foram consideradas no ativo real líquido as empresas não dependentes, CEDAE e I.O., correspondendo aos valores de R\$ 7.062 milhões e R\$ 103 milhões, respectivamente, enquanto que a partir do exercício de 2010 as referidas empresas foram retiradas.

**Quadro 10**  
**Alienação de Ativos**

Origem dos Recursos	Em R\$ mil		
	2008	2009	2010
1. Alienação de Outros Bens Móveis	1.463	447.756	890
2. Alienação Bens Imóveis - Rec Vinc ao RPPS	-	-	804
3. Alienação de Reprodutores e Matrizes	17	-	-
4. Alienação Bens Móveis Ad. c/ Rec Não Vincul.	67	322	16
5. Alienação de outros Bens Imóveis	-	13	44.282
<b>TOTAL</b>	<b>1.547</b>	<b>448.091</b>	<b>45.992</b>

Fonte: Contas de Gestão do Estado

#### Aplicação dos Recursos –

1. 2008 corresponde a valores obtidos em leilões oficiais de veículos do Fundo Especial do Tribunal de Justiça. Do total de 2009, R\$ 128,0 mil correspondem leilões oficiais de veículos e R\$ 447.628,0 mil à alienação, ao Banco do Brasil, de recebíveis da Petrobrás referentes a participações especiais sobre a produção de petróleo do campo de Marlim. Já em 2010, os recursos financeiros obtidos correspondem a leilão oficial de veículos do Fundo Especial do tribunal de Justiça – FTERJ, aplicados na aquisição de equipamentos e material permanente.
2. Os recursos da alienação de bens imóveis vinculados ao regime próprio de previdência social – RPPS, realizada em 2010, foram utilizados no pagamento de despesas do RIOPREVIDÊNCIA.
3. Corresponde ao valor obtido em leilão de animais reprodutores, ocorrido no Educandário Rego Barros, unidade da Fundação para a Infância e a Adolescência, FIA/RJ, localizado no Município de Conceição de Macabu.
4. Valores obtidos pela Companhia de Transporte Coletivo – CTC com a alienação de veículos e outros bens móveis.
5. Alienação por investidura de área remanescente da Fundação Departamento de Estrada de Rodagem. Em 2010, os valores obtidos na alienação de outros bens imóveis são referentes ao leilão de terrenos de propriedade da Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS, e foram aplicados na construção da linha 4 do Metrô.

**5.0 - Avaliação da situação financeira e atuarial dos Regimes Geral de Previdência Social e Próprio dos Servidores Públicos e demais Fundos Públicos e Programas Estatais de Natureza Atuarial**  
(art. 4º, § 2º, Inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000)

**5.1 – Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA**

Conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000, o RIOPREVIDÊNCIA procedeu à avaliação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social do Estado do Rio de Janeiro, apresentado no Relatório Atuarial de 2009, que constitui o Anexo I do Anexo de Metas Fiscais.

**6.0 – Demonstrativos da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**  
(art. 4º, § 2º, Inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000)

**6.1 – Renúncia de Receita**

As metas fiscais para os próximos três exercícios, estimadas neste Anexo, já incorporam o impacto da concessão dos incentivos e benefícios de natureza tributária concedidos.

De fato, a estimativa das metas anuais tomou por base a evolução histórica recente dos diversos componentes da receita qualificando-os, seja por parâmetros econômicos ali indicados (variação do PIB, taxa de inflação entre outros), seja pela consideração de fatores específicos que afetam determinadas receitas.

Para a estimativa da renúncia de receita foram utilizados os dados declarados na Guia de Informação e Apuração de ICMS – GIA. Em 2010, a renúncia fiscal foi de R\$ 2,4 bilhões, conforme demonstrado na tabela abaixo. Ao separar em agropecuário, cultural/esportivo, financeiro e tributário, observa-se que os incentivos tributários representam 78,5% do total.

<b>Grupo</b>	<b>Renúncia</b>
<b>Agropecuário</b>	69.972.864,00
<b>Cultural/esportivo</b>	68.453.314,08
<b>Financeiro</b>	382.416.655,15
<b>Tributário</b>	1.896.345.231,08
<b>Total geral</b>	<b>2.417.188.064,31</b>

*Fonte: DW-GIA*

## Projeção para 2011 a 2013

Usando os valores de renúncia em 2010, foi estimado o custo dos benefícios fiscais para estado do Rio de Janeiro nos anos seguintes usando a receita tributária total de 2010 e as projeções de receita para 2011 a 2013 elaboradas pela SEFAZ, a fim de calcular a taxa de crescimento anual (tabela 12) e, assim, projetar a renúncia fiscal futura.

**Tabela 12 – Estimativa de renúncia (R\$) para 2011 a 2013**

<b>Valor</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Renúncia	2.417.188.064	2.748.963.024	2.923.472.091	3.128.115.137

Na forma do disposto no Art. 165 da Constituição Federal o Projeto de Lei do Orçamento para o ano de 2012 conterà demonstrativo regionalizado de incentivos e benefícios de natureza tributária e creditícia. No caso de benefícios de natureza tributária, o demonstrativo discriminará o tributo, o prazo de concessão, o valor e o setor envolvidos bem como a base legal. No caso de benefícios de natureza creditícia, serão discriminados, o prazo de concessão, o valor e o setor envolvidos, bem como a base legal.

O Estado está tomando medidas para melhorar a medição do custo fiscal aprimorando assim, seus mecanismos de previsão e controle.

### **6.2 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

O demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado foi introduzido pela LRF no intuito de garantir que não sejam criadas novas despesas permanentes sem que estejam devidamente assegurados os recursos correspondentes. Entende-se como despesa obrigatória de caráter continuado, as despesas correntes, derivadas de lei ou ato administrativo que tenham execução por períodos superiores a dois exercícios financeiros.

Para 2012, estimou-se os seguintes acréscimos em relação às despesas previstas para o exercício de 2011:

<b>Discriminação da Despesa</b>	<b>Em R\$ Milhões</b>
1. Crescimento das Despesas de Pessoal	1.010,23
2. Transferências Constitucionais	760,49
<b>TOTAL</b>	<b>1.770,72</b>

A expansão das despesas de caráter continuado deverá absorver parte do crescimento previsto para a receita, indicando que o esforço de ajuste fiscal deverá se manter ao longo do período com o objetivo de financiar novos investimentos, inclusive as contrapartidas de convênios e operações de crédito.